

CNBB diz que corrupção supera a do regime militar

BRASÍLIA — "A corrupção no Brasil está superando os tempos áureos do regime militar, deixando a sociedade curvada e sem dignidade", afirmou ontem o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, ao distribuir nota sobre o momento nacional, na qual propõe a fixação de datas para as próximas eleições, pela Constituinte, "levando em conta os anseios do povo pelo fim da transição e por reformas e mudanças profundas".

Ele criticou os conchavos da Assembleia Nacional Constituinte, que tomou decisões em defesa de interesses próprios, o que vem provocando a frustração e uma "insatisfação crescente como a cólera santa, quando Cristo expulsou os vendilhões do templo". Na nota, ele afirma que é da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo: "E não nos iludamos, a insatisfação popular poderá explodir e assumir proporções convulsivas de consequências catastróficas".

Asfixia — Dom Luciano Mendes de Almeida disse que a transição do regime militar para a Nova República contribuiu apenas para mudar a consciência do povo, já que a estrutura do poder da sociedade não se alterou. "Passamos da asfixia da repressão para a asfixia da pressão econômica", disse o presidente da CNBB.

Mais combate ao 'Centrão'

BRASÍLIA — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) decidiu reforçar seu lobby para impedir que o Centrão anule a iniciativa popular de leis, o mandado de segurança coletivo, a gratuidade da ação popular e o habeas-data (acesso do cidadão aos dados existentes sobre ele em organismos de informações). Esses pontos, presentes no projeto constitucional da Comissão de Sistematização, não estão nas emendas do Centrão.

A CNBB faz seu lobby em dois campos: nos corredores do Congresso Nacional, onde religiosos procuram os parlamentares e lhe pregam no peito adesivos sobre a democracia participativa; e em sua sede, com a promoção de reuniões entre parlamentares e integrantes da Comissão de Acompanhamento da Constituinte. Nesses encontros, são pedidas informações sobre o andamento dos trabalhos da Constituinte e se recomenda aos parlamentares que não permitam a aprovação de uma Carta retrógrada como a do Centrão. A entidade acha que a Constituição deve ser de entendimento, não tão avançada como quer a esquerda, sob o risco de sequer ser implantada.

Respaldo — O lobby da CNBB nasceu antes de iniciados os trabalhos da Constituinte. "A equipe surgiu ainda em 1986, para dar respaldo ao documento *Por uma nova ordem constitucional*, de abril daquele ano, que resume o que a CNBB quis propor à Constituinte", conta o padre Virgílio Uchoa, coordenador da Comissão de Acompanhamento, composta por seis leigos, dois padres e três

O secretário-geral da entidade, Dom Antônio Celso Queiroz, e o vice-presidente, Dom Paulo Ponte, informaram que a nota, intitulada *Urgência de Grandes Decisões*, será distribuída a todas as 244 dioceses do país, para que seja discutida e analisada em todas as igrejas, com os fiéis. Eles querem que essa discussão seja feita agora, quando se aproxima o prazo fatal para a votação da futura Constituição.

A nota afirma que a situação nacional vem se "deteriorando em ritmo acelerado, empurrando para uma crescente marginalização a grande maioria humilhada do povo" e que foram frustradas as esperanças que nasceram com o fim do ciclo militar. "A inflação não foi reduzida e ameaça escapar do controle. Caíram os investimentos produtivos e aumentou a especulação financeira. O desemprego não diminuiu e os salários reais se aviltaram".

"O senso moral e a consciência da responsabilidade cívica estão alarmantemente desgastados. A corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da conivência. Como essa deterioração vem do alto, ela permeia toda a sociedade. Na falta de um gesto realmente significativo que demonstre ao povo não haver pacto possível com a corrupção, cai-se num imobilismo, com a degradação do senso de dignidade nacional e da capacidade de indignação ética", acrescenta a nota.

bispos. Seu presidente é dom Cândido Padin, bispo de Bauru (SP).

Na opinião do padre Virgílio Uchoa, o lobby da CNBB é diferente, pois não defende apenas os interesses específicos da Igreja. "Estimulamos todo tipo de participação popular e convidamos o povo a apoiar as medidas positivas que a Constituinte tem tomado." Para esse contato com o povo, a CNBB divulga em todas as dioceses do Brasil um boletim semanal com notícias da Constituinte e fornece informações para 50 rádios católicas e não-católicas.

Cinco pontos — O boletim informa levando em conta cinco pontos: ordem social, ordem política, ordem econômica, ordem cultural e ordem internacional. Na ordem social, defende uma sociedade participativa, livre e responsável em suas condições de auto-organização; na política, uma sociedade democrática, política e economicamente participativa; na econômica, uma economia atenta às necessidades básicas e vitais da população; na ordem cultural, o direito à educação, à cultura e à informação; e na internacional, a paz universal e o desenvolvimento entre todas as nações.

A CNBB critica muito o Centrão. No último boletim, diz que o grupo se formou sob o patrocínio dos empresários industriais e da UDR (União Democrática Ruralista). As emendas do Centrão são tidas como "amalgama da concepção autoritária do Estado, com exigências das oligarquias rurais e do caciquismo político".

Amaral ataca e desafia

O deputado Amaral Netto diz que agradece a Deus pelas críticas que o Centrão e ele vêm recebendo da CNBB. "Meu medo é que a CNBB me apoie. Nesse momento vai me atrapalhar. De lá quero é veto e condenação. Faço minha campanha dizendo isso. E espero que ela continue me ajudando em futuras eleições."

Amaral Netto afirma que adora os vigários, padres e bispos, mas detesta os que estão na CNBB. "Lá não tem vigário. Só tem vigarista. Não gosto deles." E

desafia: "Não tenho medo. Sei que tem muitos aí que morrem de medo dos padres e bispos vigaristas. Eu quero é colocar à disposição deles todos os meus bens, para que falemal mal de mim o quanto quiserem."

Para Amaral Netto, as críticas da CNBB não prejudicam o Centrão: "O Centrão não tem nada a ver com a CNBB. O Centrão é de gente honesta e a CNBB é de vigaristas. Se falassem bem do Centrão, atrapalhariam. Espero que continuem a falar muito mal do grupo."

Até ateus entram nas reuniões

Assim que a Constituinte começou a trabalhar, a CNBB mostrou ativa participação. Passou a promover em sua sede, em Brasília, constantes reuniões com parlamentares, nas quais defendia a manutenção da família, o direito à educação, a reforma agrária, e condenava o aborto.

As primeiras reuniões assemblaram-se a pequenas sessões da Constituinte. Em abril do ano passado, houve uma com 80 parlamentares. Aconteceu de tudo, de apertes a questões de ordem. Estavam lá católicos da linha moderna como Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), da linha tradicional como Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Victor Faccioni (PDS-RS), evangélicos como Ly-sâneas Maciel (PDT-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ), e ateus como José Genoíno (PT-SP).

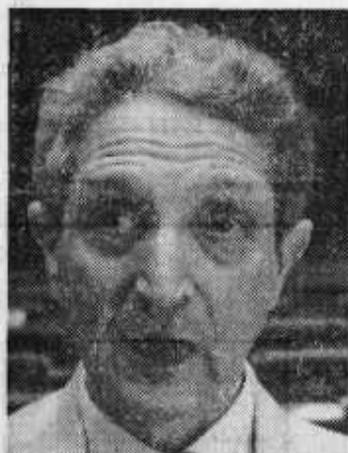
Aos poucos as reuniões foram se tornando menos concorridas. Segundo o padre Uchoa, "o trabalho da Constituinte cresceu, os parlamentares não puderam mais vir, tivemos de suspender os encontros". Isso levou a CNBB a mudar de estratégia. Semanalmente, um ou mais constituintes são convidados para almoçar com um bispo.

O lobby católico, entretanto, ainda não deixou nenhuma marca na Constituição em preparo. Destaca-se mais pelo desempenho individual dos que o integram. O deputado Victor Faccioni (PDS-RS), por exemplo, assíduo na CNBB e em almoços e jantares com bispos, abandonou o Centrão porque o líder do PDS, Amaral Netto (RJ), discursou criticando bispos que tinham condenado o grupo.

"Não pude aceitar que, em nome do Centrão, Amaral Netto xingasse os bispos de safados, bandidos e outros adjetivos."



Amaral Netto



Plínio Sampaio

Abandonei o grupo", disse Faccioni. Na última sexta-feira, ele visitou o padre Virgílio Uchoa e lhe fez um relato do andamento dos trabalhos da Constituinte, disse que sem entendimento a Constituição não sai.

Católico e de esquerda, Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) é outro constituinte que frequenta a CNBB, e quase toda semana tem um almoço de trabalho com dirigentes da entidade. Ele discute as pautas da Constituinte com os bispos, passa dicas de trabalho, defende idéias da Igreja. "Nós, que somos de partidos populares, temos muita afinidade com a Igreja Católica. Nossas bases são muito católicas", diz Plínio.

Jurista teme repetição do fracasso do Cruzado

RECIFE — Além da possibilidade de vir a ser uma das mais longas do mundo — tem 330 artigos e só perde para a da Índia que tem 395 — a nova Constituição brasileira, que há um ano está sendo discutida, pode provocar na população uma frustração semelhante à do fracasso do Plano Cruzado. A advertência é do jurista pernambucano Pinto Ferreira, que integrou a comissão Afonso Arinos. Ele se considera decepcionado com o texto que está saindo para votação em plenário, que define como "contraditório e permeado de ilusões constitucionais".

Pinto Ferreira é um dos fundadores do MDB pernambucano e já fez 44 conferências em universidades brasileiras sobre a nova Constituição. No momento, escreve um livro sobre o assunto para a editora Saraiva. Ele acha que o tempo gasto nos debates, a desmoralização dos políticos, a agonia dos partidos e a fraqueza do atual presidente "só apontam um caminho para evitar que a população se frustre ainda mais: a convocação de eleições presidenciais este ano ou gerais em 1989".

Ilusões — Para ele, a Constituinte começou errada por não ter se baseado em um texto previamente escrito — "Não advogo em causa própria, mas a falta de um texto acabou fazendo com que tudo fosse colocado em flagrante contradição". Depois, acha que se demorou tempo demais, permitindo que os políticos fossem perdendo o crédito, que o regime fosse alterado e que as pressões e contrapressões se estabelecessem diante da frustração do povo, a quem foi passada a informação de que a nova Carta era a saída para todos os males".

Ele acha hoje que a Constituição tem palavras demais sobre os direitos sociais — só sobre educação possui 1.300 palavras quando a Constituição americana tem 4.543 palavras e nenhuma sobre educação — e, na parte de ordem econômica, não se assegura a conquista desses direitos.

"Pelo que está escrito na ordem econômica — afirma — era mais honesto afirmar na ordem social que todos têm direito à miséria. Como garantir, como está no texto, educação, saúde e habitação para todos se não há uma definição de empresa nacional, se não se disciplina o uso do capital estrangeiro e se as reservas minerais do país não foram incluídas como monopólio? Para dar um exemplo, as 55 mil toneladas de ouro que o país possui, se exploradas por empresas nacionais ou pelo governo, renderiam hoje 350 bilhões de dólares, o suficiente para pagar cinco vezes os juros da dívida externa. Não se explicitando coisas como essas é uma ilusão falar em direitos sociais".

Lei ordinária — Além disso, o



Ferreira: falta bom senso

jurista acredita que a ordem social poderia muito bem ter ficado para as leis ordinárias, como acontece em quase todas as constituições do mundo: "A falta de uma palavra sobre educação nas constituições americana e francesa, por exemplo, não impede que todos tenham acesso à educação nesses países".

Pinto Ferreira afirmou que os constituintes ficam o tempo todo discutindo o parlamentarismo ou presidencialismo e o tamanho do mandato do presidente, quando o bom senso seria suficiente para resolver todas essas questões. Parlamentarista convicto, o jurista acha que, no caso brasileiro "Discutiu-se mais do que o suficiente para compreender que o presidencialismo imperial não resolve, mas o parlamentarismo puro também não". Com base nessa convicção, ele acha que já daria para se ter chegado a um regime misto: "os presidencialistas precisam dar a mão à palmatória e os parlamentaristas também".

Segundo ele, um parlamentarismo fraco foi o que levou ao fascismo na Itália e ao marxismo na Alemanha e, além disso, o sistema parlamentarista não evitou a queda de D. Pedro II.

Sobre o mandato do presidente Sarney, Pinto Ferreira é claro: "Para mim, ou mantém-se o texto da Constituição anterior, o que parece estar fora das cogitações do próprio Planalto, ou se vota pelo compromisso assumido diante do povo por Tancredo Neves, que foi o mandato de quatro anos". Partidário dos quatro anos ou dos cinco com eleições gerais, Pinto Ferreira, que foi adepto da Constituinte exclusiva, acha que a Constituição pode ficar pronta até agosto sem problemas: "Basta apenas que, nas disposições transitórias, os prazos sejam mudados, permitindo a desincompatibilização dos que desejam disputar".